



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica Segurança de Barragens

Parecer nº 6/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR

Referência: 59000.013848/2022-65

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Assunto: Proposta de Moção aos Governos Federal, Estaduais e Distrital

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção, aprovada na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022, que apresenta recomendações aos Governos Federal, Estaduais e Distrital para que avaliem e viabilizem a adequada estruturação de suas entidades fiscalizadoras de segurança de barragens, e que criem rubrica orçamentária específica para as ações de segurança de barragens (em especial para manutenção, operação e adequação à Lei nº 12.334/2010), bem como fortaleçam a estrutura técnica de suas unidades administrativas que figuram como “empreendedor de barragens” perante a legislação, inclusive avaliando a criação de estrutura de governança com atribuição formal de segurança de barragens.

DA PROPOSTA

2. A proposta de moção aos Governos Federal, Estaduais e Distrital, no que se refere à estruturação de suas entidades públicas que possuem competências de fiscalizadores de segurança de barragens e de empreendedores de barragens, teve origem no parecer elaborado sobre o Relatório de Segurança de Barragens - RSB 2018 e sua necessidade vem sendo reafirmada pelas análises realizadas sobre os RSBs dos anos subsequentes.

3. Conforme deliberação do Plenário do CNRH, a elaboração das moções propostas no Parecer sobre o RSB 2018 deveriam ser desenvolvidas pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens - CTSB em processos específicos. A CTSB, então, constituiu grupo de trabalho que apresentou a proposta de moção anexa, que foi debatida e aprovada na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022.

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES

4. Na 21ª Reunião da Câmara Técnica de Segurança de Barragens, em 09 de agosto de 2022, a proposta de moção ao Congresso Nacional foi aprovada

por todos os membros da CTSB presentes, sem alteração do texto original elaborado pelo GT RSB 2021.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, encaminha-se este Parecer à Secretaria Executiva do CNRH, recomendando que, previamente ao Plenário do CNRH, a matéria seja objeto de análise da CTAL/CNRH, para, conforme disposto no Decreto nº 10.000/19, “analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas”.

ANEXO

MINUTA

MOÇÃO CNRH Nº XXX, DE XX DE XXX DE 2022 (Aos Governos Federal, Estaduais e Distrital)

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, pela Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e pelo Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019, especialmente a competência de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno e no Processo 59000.013848/2022-65, e;

Considerando que as barragens são ativos de infraestrutura de elevada importância às atividades humanas e que a sua integridade deve ser garantida tanto para a preservação dos usos a que se destinam quanto para a proteção da população, dos recursos hídricos, do meio ambiente e do patrimônio material, natural, histórico e cultural que seriam impactados em caso de acidente.

Considerando que as ações de fiscalização têm papel fundamental na implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, cujo principal objetivo é garantir a observância de padrões de segurança de barragens de maneira a fomentar a prevenção e a reduzir a possibilidade de acidente ou desastre e suas consequências.

Considerando que a fiscalização da segurança de barragens cabe à autoridade do poder público federal, estadual ou distrital, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 12.334, de 2010.

Considerando que o Manual de Políticas e Práticas de Segurança de Barragens para Entidades Fiscalizadoras recomenda:

- 2 técnicos com dedicação exclusiva para até 30 barragens fiscalizadas;
- 2 a 5 técnicos com dedicação exclusiva para até 100 barragens fiscalizadas;
- 6 a 10 técnicos para até 300 barragens fiscalizadas;
- 10 a 20 técnicos para até 1.000 barragens fiscalizadas; e
- mais de 20 técnicos para mais de 1.000 barragens fiscalizadas.

Considerando os reiterados diagnósticos, realizados a partir das

informações do Relatório de Segurança de Barragens, de que as equipes de fiscalização de segurança de barragens necessitam de reforço e adequação, especialmente no que se refere ao quantitativo de profissionais e à dedicação exclusiva da equipe, para viabilizar a atuação efetiva na implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Considerando a Resolução CNRH nº 230, de 22 de março de 2022, que estabelece diretrizes para fiscalização da segurança de barragens de acumulação de água para usos múltiplos.

Considerando que, conforme dados do Relatório de Segurança de Barragens 2021, 1.088 barragens sujeitas à Política Nacional de Segurança de Barragens pertencem a empreendedores dependentes do orçamento público (320 dos Municípios, 354 União, 414 dos Estados).

Considerando que o empreendedor é o responsável legal pela segurança da barragem, pelos danos decorrentes de seu rompimento, vazamento ou mau funcionamento e, independentemente da existência de culpa, pela reparação desses danos.

RESOLVE :

Recomendar aos Governos Federal, Estaduais e Distrital que:

- I - avaliem e viabilizem a adequada estruturação de suas entidades fiscalizadoras de segurança de barragens, de forma que tenham o quadro técnico em número adequado, observadas as recomendações do “Manual de Políticas e Práticas de Segurança de Barragens para Entidades Fiscalizadoras”, bem como os recursos tecnológicos e financeiros necessários para a implementação das ações da Política Nacional de Segurança de Barragens sob sua responsabilidade;
- II - criem rubrica orçamentária específica para as ações de segurança de barragens, em especial para manutenção, operação e adequação à Lei nº 12.334, de 2010, bem como fortaleçam a estrutura técnica de suas unidades administrativas que figuram como “empreendedor de barragens” perante a legislação, inclusive avaliando a criação de estrutura de governança com atribuição formal de segurança de barragens; e
- III - promovam debates internos para o estabelecimento de um plano de ação para a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência.

Em data da assinatura de 2022

CRISTIANE BATTISTON
Coordenadora do GT-RSB2021

LICIANA ALICE PEIXOTO
Relatora do GT-RSB-2021

LUIZ GUSTAVO FORTES WESTIN

CRISTIANE FERNANDA DA SILVA

Relatora da CTSB/CNRH



Documento assinado eletronicamente por **LICIANA ALICE NASCIMENTO PEIXOTO, Usuário Externo**, em 24/08/2022, às 15:49, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Fernanda da Silva, Relator(a)**, em 24/08/2022, às 16:06, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gustavo Fortes Westin, Usuário Externo**, em 25/08/2022, às 19:03, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Collet Battiston, Coordenadora-Geral**, em 26/08/2022, às 17:25, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3887969** e o código CRC **E5119A85**.



Ministério do Desenvolvimento Regional
Secretaria Nacional de Segurança Hídrica
Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenação-Geral de Gestão dos Recursos Hídricos
Conselho Nacional de Recursos Hídricos
Câmara Técnica de Assuntos Legais

Parecer nº 11/2022/CTAL/CNRH/CNRH/CGRH/DRHB/SNSH

Referência: 59000.013848/2022-65

Interessado: Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de proposta de moção que apresenta recomendações aos Governos Federal, Estaduais e Distrital para que "avaliem e viabilizem a adequada estruturação de suas entidades fiscalizadoras de segurança de barragens, e que criem rubrica orçamentária específica para as ações de segurança de barragens (em especial para manutenção, operação e adequação à Lei nº 12.334/2010), bem como fortaleçam a estrutura técnica de suas unidades administrativas que figuram como "empreendedor de barragens" perante a legislação, inclusive avaliando a criação de estrutura de governança com atribuição formal de segurança de barragens".

2. A matéria é originária da Câmara Técnica de Segurança de Barragens – CTSB, que na 21ª reunião, em 09 de agosto de 2022, discutiu o mérito e aprovou a proposta de moção, conforme Parecer nº 6/2022/CGRH/DRHB/SNSH-MDR. O processo foi então submetido a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, que analisou os aspectos legais e de forma da minuta apresentada.

3. Assim, segue as considerações, bem como o texto expresso da moção para apreciação do Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E APRECIACÃO LEGAL

4. Considerando as competências dadas pelo [Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), para "analisar e emitir parecer sobre os aspectos legais e constitucionais das matérias encaminhadas pelas demais Câmaras Técnicas", a Câmara Técnica de Assuntos Legais – CTAL, na sua 18ª reunião, realizada por meio virtual, em 25 de novembro de 2022, avaliou a proposta de moção encaminhada pela Câmara Técnica de Segurança de Barragens – CTSB, com recomendações direcionadas aos Governos Federal, Estaduais e Distrital, no que se refere à estruturação de suas entidades públicas que possuem competências de fiscalizadores de segurança de barragens e de empreendedores de barragens.

5. De acordo com a manifestação da CTSB/CNRH, a proposta de moção teve origem no parecer elaborado sobre o Relatório de Segurança de Barragens - RSB 2018 e que a necessidade apontada vem sendo reafirmada pelas análises

realizadas sobre os RSBs dos anos subsequentes.

6. A matéria se insere na competência do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, pois está disposto na [Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), e no Decreto nº 10.000/2019 o direito/dever de se estabelecer diretrizes complementares para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, bem como de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens. [\(Incluído pela Lei nº 12.334, de 2010\)](#)

7. A forma jurídica adotada está adequada. É regimental o uso da moção quando se tratar de manifestação dirigida a quaisquer órgãos e entidades, públicos ou privados, em caráter de alerta, recomendação ou solicitação de interesse da Política Nacional de Recursos Hídricos e a do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh), conforme o art. 8º, inciso II, da [Resolução CNRH nº 215, de 30 de junho de 2020](#).

8. Quanto ao texto da proposta de moção, durante a análise foi realizada adequação no quarto considerando, para indicar a fonte da informação, ficando: Considerando que o [Manual de Políticas e Práticas de Segurança de Barragens para entidades fiscalizadoras, de 2017, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico](#), recomenda:.

9. Diante da avaliação do aspecto legal e de forma, a CTAL/CNRH aprovou, por unanimidade, a proposta de moção direcionada aos Governos Federal, Estaduais e Distrital, nos termos do anexo deste parecer.

10. Portanto, estando presentes a motivação, forma, finalidade, objeto e competência do ato, opina-se pela submissão da matéria ao Plenário do CNRH.

CONCLUSÃO

11. Realizada a análise legal, com fundamento no Decreto 10.000/2019, a CTAL recomenda que a matéria seja incluída na pauta da próxima reunião plenária do CNRH para deliberação, conforme MINUTA apresentado na sequência deste parecer.

WILSON RODRIGUES DE MELO JUNIOR
Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais
CTAL/CNRH

ANEXO

PROPOSTA DE MOÇÃO Nº __, DE __ DE __ DE 2022.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas no uso das competências que lhe são conferidas pela [Lei n.º 9.433, de 8 de janeiro de 1997](#), pela [Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000](#), pela [Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010](#), e pelo [Decreto nº 10.000, de 3 de setembro de 2019](#), especialmente a competência de zelar pela implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno e no Processo 59000.013848/2022-65, e;

Considerando que as barragens são ativos de infraestrutura de elevada importância às atividades humanas e que a sua integridade deve ser garantida tanto para a preservação dos usos a que se destinam quanto para a proteção da população, dos recursos hídricos, do meio ambiente e do patrimônio material, natural, histórico e cultural que seriam impactados em caso de acidente.

Considerando que as ações de fiscalização têm papel fundamental na implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens, cujo principal objetivo é garantir a observância de padrões de segurança de barragens de maneira a fomentar a prevenção e a reduzir a possibilidade de acidente ou desastre e suas consequências.

Considerando que a fiscalização da segurança de barragens cabe à autoridade do poder público federal, estadual ou distrital, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 12.334, de 2010.

Considerando que o [Manual de Políticas e Práticas de Segurança de Barragens para entidades fiscalizadoras](#), de 2017, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, recomenda:

- 2 técnicos com dedicação exclusiva para até 30 barragens fiscalizadas;
- 2 a 5 técnicos com dedicação exclusiva para até 100 barragens fiscalizadas;
- 6 a 10 técnicos para até 300 barragens fiscalizadas;
- 10 a 20 técnicos para até 1.000 barragens fiscalizadas; e
- mais de 20 técnicos para mais de 1.000 barragens fiscalizadas.

Considerando os reiterados diagnósticos, realizados a partir das informações do Relatório de Segurança de Barragens, de que as equipes de fiscalização de segurança de barragens necessitam de reforço e adequação, especialmente no que se refere ao quantitativo de profissionais e à dedicação exclusiva da equipe, para viabilizar a atuação efetiva na implementação da Política Nacional de Segurança de Barragens.

Considerando a Resolução CNRH nº 230, de 22 de março de 2022, que estabelece diretrizes para fiscalização da segurança de barragens de acumulação de água para usos múltiplos.

Considerando que, conforme dados do Relatório de Segurança de Barragens 2021, 1.088 barragens sujeitas à Política Nacional de Segurança de Barragens pertencem a empreendedores dependentes do orçamento público (320 dos Municípios, 354 União, 414 dos Estados).

Considerando que o empreendedor é o responsável legal pela segurança da barragem, pelos danos decorrentes de seu rompimento, vazamento ou mau funcionamento e, independentemente da existência de culpa, pela reparação desses danos.

RESOLVE :

Recomendar aos Governos Federal, Estaduais e Distrital que:

I - avaliem e viabilizem a adequada estruturação de suas entidades fiscalizadoras de segurança de barragens, de forma que tenham o quadro técnico em número adequado, observadas as recomendações do “Manual de Políticas e Práticas de Segurança de Barragens para Entidades Fiscalizadoras”, bem como os recursos tecnológicos e financeiros necessários para a implementação das ações da Política Nacional de Segurança de Barragens sob sua responsabilidade;

II - criem rubrica orçamentária específica para as ações de segurança de

barragens, em especial para manutenção, operação e adequação à Lei nº 12.334, de 2010, bem como fortaleçam a estrutura técnica de suas unidades administrativas que figuram como “empreendedor de barragens” perante a legislação, inclusive avaliando a criação de estrutura de governança com atribuição formal de segurança de barragens; e

III - promovam debates internos para o estabelecimento de um plano de ação para a implementação das recomendações desta moção e, com efetividade, da Política Nacional de Segurança de Barragens em suas esferas de competência.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior**,
Coordenador(a) da Câmara Técnica, em 25/11/2022, às 18:26, com fundamento no art. 4º,
§ 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador
4035397 e o código CRC **C7BD3B7F**.